

ANC p1

Um turno para as eleições de novembro

31. AGO 1988

GAZETA MERCANTIL

ABC

por Adriana Vera e Silva
de Brasília

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, abriu ontem um precedente às normas do regimento interno. Isso possibilitou a inclusão de um artigo nas Disposições Transitórias instituindo o turno único para as eleições municipais de novembro próximo.

Na parte permanente da nova Constituição, ficou estabelecida a eleição em duas etapas para prefeitos (dos municípios com mais de 200 mil eleitores), governadores e para presidente da República.

Embora haja sessões de votação marcadas até amanhã à noite, Ulysses afirmou ontem que o segundo turno da Constituinte pode terminar hoje, "desde que a sessão se estenda para mais tarde", segundo relato do repórter Itamar Garcez.

Pelas normas do regimento interno da Constituinte, para a inclusão de novos dispositivos na Carta



Ulysses Guimarães

seria preciso obter o acordo dos líderes de todos os partidos. As bancadas do PSDB, do PSB e do PC do B não concordavam com a votação do artigo instituindo a eleição em apenas um turno para este ano. Mesmo assim, o artigo acabou sendo acrescentado à nova Carta por ter obtido 293 votos favoráveis.

A votação desse tópico, embora não regimental, foi decidida também pelo voto no plenário. "O regimento estabelece que os acordos dos líderes podem acrescentar dispositivos à nova Constituição. Se podem os líderes, por que não pode a soberania do plenário?", indagou Ulysses, afirmando não ter cometido irregularidade contra o regimento.

Em protesto contra a abertura nas regras regimentais, a bancada do PSDB apresentou ontem um requerimento que, se aprovado, pode colocar em votação uma emenda dimi-

nuindo o mandato do presidente José Sarney de cinco para quatro anos.

Ulysses disse que a votação dessa emenda "é um caso a examinar", mas considerou que a possibilidade de eleição presidencial no próximo mês de novembro "é matéria vencida", já que o mandato de cinco anos foi aprovado em segundo turno pela Constituinte.

Ficaram também definidos ontem pela Assembleia Constituinte, entre outros temas:

- Piso de um salário mínimo para qualquer benefício pago pela Previdência Social.
- Cálculo da aposentadoria baseado nas últimas 36 contribuições à Previdência, todas corrigidas monetariamente.
- Aposentadoria por idade para os trabalhadores rurais aos 60 anos para o homem e aos 55 para a mulher.
- Manutenção da aposentadoria proporcional aos 30 anos para o homem e aos 25 anos para a mulher.
- Aumento, de 13 para 18% do orçamento da União, das verbas para a Educação.
- Fim da censura a qualquer atividade de comunicação.
- Tópicos de proteção aos indígenas, idosos, menores e deficientes.
- Reserva de mercado, inclusive para a informática.
- Fixação de normas para a criação de novos estados.

(Ver páginas 6 a 8)